



Editorial

Controlo de danos na Madeira

No mesmo dia em que o porta-voz da Comissão Europeia pedia “transparência e controlo sobre os gastos ao nível regional”, referindo expressamente o mau exemplo dado pela Madeira, ao ser revelado um montante colossal de dívida pública nessa região autónoma, celebrou-se em Lisboa o acordo de assistência financeira, sem que se saiba ao certo o que é que foi acordado entre o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, e Alberto João Jardim.

Não há entre nós nada de comparável. Um acordo de assistência plurianual entre a República Portuguesa e a Região Autónoma da Madeira é ultimado sem divulgação pública, o que permitiu a Jardim a graça de o descrever como uma corrida de obstáculos, entre uma e outra, desviando a atenção do carácter gravoso que ele representa para o nível de vida dos madeirenses. Quando impostos diretos e indiretos sobem brusca e, ainda, se cortam regalias no aparelho regional, se travam os investimentos públicos e se sobem os preços administrados, tudo isso significa que chegou a hora de pagar a fatura da irresponsabilidade fiscal dos últimos anos. Curiosamente, será Jardim a anunciar só hoje, ao final da tarde, os termos precisos da austeridade que se abate sobre a Pérola do Atlântico.

Como interpretar o silêncio do Governo da República? Embaraço pelas concessões feitas? É pouco provável, já que a *troika* não parece estar disposta a aceitar um regime mais laxista numa parcela do País, que se revelou estar em falta grave ao nível dos deveres de reporte das suas instituições políticas.

O silêncio só tem um fim plausível: o de ajudar Alberto João Jardim a apresentar a amarga pílula aos seus fidelíssimos eleitores, sem que a seus olhos perca totalmente a face.

O problema da segurança no trabalho

A construção da barragem de Foz Tua foi ontem marcada por um grave acidente que causou a morte a três trabalhadores. Um desabamento na zona das obras que fica do lado de Carrazeda de Ansiães esteve na origem da tragédia, e há já vozes que, com certo alarmismo, exigem a suspensão imediata de um projeto que, por razões ambientais, nasceu rodeado de uma forte contestação.

Mas o mais importante aqui é ir além das polémicas sobre a necessidade da barragem (debate legítimo mas paralelo) e refletir sobre os acidentes de trabalho em Portugal. O que se passou agora em Foz Tua só será completamente esclarecido depois de um inquérito das autoridades competentes, mas surge num momento em que se assiste a uma alta do número de acidentes laborais no País. Depois de uma década de quebra das mortes no local de trabalho, passando de 280 em 2001 para 115 em 2009, os dados disponíveis apontam para uma inversão da tendência em 2010, com 130 mortes, e um forte aumento no ano passado, quando se atingiu 168 vítimas mortais. As contas são da Autoridade para as Condições de Trabalho, que regista apenas mortes ocorridas nas primeiras 24 horas após o acidente.

A razão para esta degradação das estatísticas da segurança laboral está ainda por apurar. Mas que é preocupante, ninguém pode duvidar. Até porque Portugal sempre esteve na cauda da Europa em termos de segurança no trabalho. Na última comparação a nível europeu, que data de há cinco anos, a média de mortes por acidentes era de 2,1 por cem mil trabalhadores, mas em Portugal cifrava-se em 5,1. Temos obrigação de melhorar.